# Sumário

Número de notícias: 19 | Número de veículos: 17

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL
INSS: veja o que vai mudar nas regras de aposentadoria a partir de janeiro de 2027 . . . 3

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL
Lula busca opções para STF e avalia indicar mulher . . . 5

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Receita amplia participação em piloto da CBS para todas as empresas - CAPITAL S/A . . . 7

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
A pressão diária sobre Lula pelo ajuste fiscal . . . 9

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL
Confira tudo o que você precisa saber sobre o fim da escala 6x1 (Escala 6x1) . . . 11

G1 - NACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL
INSS inicia pagamento de novembro e do 13º de novos beneficiários; veja calendário . . . 15

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL
Sanção e vigência em 2027: entenda os próximos passos do pacote fiscal de Lula aprovado no Congresso . . . 16

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL
Até que dia a empresa pode depositar o 13º salário em 2026? Veja prazos . . . 18

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA
"Juro é consequência da confiabilidade dos mercados no País" . . . 20

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Mercado vê inflação mais alta e Selic a 13% em 2027 . . . 22

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Governo prevê inflação no teto da meta em 2027 . . . 23

PORTAL R7 - NACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA
Após ajuste fiscal, governo tentará aprovar medidas para evitar perda de arrecadação . . . 24

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
BRB, Ambipar e Refit têm os seus registros suspensos pela CVM . . . 26

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Black Friday com queda de 2%a alta de 20% na venda expõe falta de consenso ..... 27

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA
Após oscilar, dólar cai 0,15% ..... 30

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA
Dólar ultrapassa RS 6, mas fecha em queda com rumores sobre BC ..... 31

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
Galípolo e Durigan negam mudança em meta de inflação ..... 33

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA
Projeção de inflação do governo supera a de agentes do mercado ..... 34

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL
Reação a hacker exige "corrida armamentista" ..... 35

# INSS: veja o que vai mudar nas regras de aposentadoria a partir de janeiro de 2027

As regras de transição criadas pela última Reforma da Previdência , como acontece a cada virada de ano, serão atualizadas a partir de 1º de janeiro de 2027. Isso significa algumas mudanças nas condições exigidas para ter direito à aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social ( **INSS** ).

Essas regras de transição foram criadas para não prejudicar quem já estava na ativa até 13 de novembro de 2019, data da promulgação da chamada Emenda 103. Foram elaboradas, então, algumas tabelas escalonadas, com exigências crescentes a cada ano. Na prática, essas regras, que mudam progressivamente, acabam exigindo um pouquinho mais de recolhimento desses trabalhadores.

Vamos começar pela regra da idade mínima progressiva, que funciona como um modelo de transição da aposentadoria por idade **INSS** . A reforma de 2019 estabeleceu como idade mínima para aposentadoria os limites de 62 anos para mulheres e 65 para homens. Mas, para quem já estava contribuindo naquela época, foi proposta uma tabela crescente, para não prejudicar tanto quem já estava na ativa.

É importante ressaltar que, neste caso, a idade mínima exigida cresce seis meses a cada ano, conforme a tabela abaixo. Exige-se, ainda, um certo número de recolhimentos.

Em 2027, por exemplo, as mulheres poderão se aposentar ao atingirem 60 anos de idade (dois a menos do que o limite final) e 30 anos de contribuição. No caso dos homens, a exigência já atingirá o teto de 65 anos de idade no ano que vem, com mais 35 de recolhimentos. As trabalhadoras, por sua vez, vão atingir a exigência máxima de 62 anos somente em 2031. Confira:

A reforma criou também uma regra de transição por pontos, que considera a soma da idade do trabalhador com o tempo de contribuição dele.

Em 2027, a pontuação mínima para ter o benefício será de 94 pontos ( mulheres) e 104 pontos (homens). Neste caso, a tabela é acrescida de um ponto a cada ano nos dois casos. Também será preciso ter pelo menos 30 anos de contribuição (mulheres) e 35 anos (homens).

No caso deles, a tabela vai estacionar em 105 pontos em 2028. A partir daí, a exigência será mantida neste patamar. Para elas, vai crescer ano a ano até atingir 100 pontos em 2033.

A terceira regra de transição criada pela reforma de 2019 foi o pedágio de 100%, que exige o cumprimento de três requisitos:

A pessoa precisa ter 57 anos de idade (mulher) ou 60 anos (homem). Além disso, tem que comprovar 30 anos de contribuição (mulher) e 35 anos (homem).

Por fim, deve cumprir mais um pedágio equivalente a 100% do tempo que faltava para se aposentar na data da reforma (em 13 de novembro de 2019). Se naquela data faltavam 5 anos, o trabalhador precisa comprovar mais 10 anos. Ou seja, da reforma para cá já se passaram 7 anos. Portanto, ainda faltam 3 de recolhimentos.

No caso dos professores, a Reforma da Previdência estabeleceu a possibilidade de se aposentar antes, com 57 anos de idade e 25 anos de magistério (mulheres) ou 60 anos de idade e 25 anos de magistério (homens). Observe que neste caso específico, os anos exigidos de atividade são iguais para ambos os sexos. Essa é a regra geral vale para quem começou a trabalhar a partir de 2019.

Quem já era filiado ao **INSS** até 13 de novembro de 2019, no entanto, entra na regra de transição e pode escolher entre se aposentar levando em conta a idade progressiva, a regra de pontos ou o pedágio de 100%.

Consideram-se neste caso os profissionais da educação infantil e dos ensinos fundamental e médio, que atuam em sala de aula, direção, coordenação, supervisão e orientação pedagógica, mas não os docentes universitários.

Essa regra permite ao professor que já contribuía antes de 2019 se aposentar com menos tempo. Mas existe uma tabela progressiva, que exige seis meses a mais de idade a cada ano (veja abaixo). Mas, no caso do tempo de contribuição exigido, vale ressaltar que há diferença entre mulheres e homens. Em 2027, será necessário cumprir:

A regra continuará subindo até atingir 57 anos (para elas) em 2031. Para eles, o teto de 60 anos será atingido já em 2027 e vai estacionar a partir daí.

A regra dos pontos também dentro da transição consiste na soma da idade do segurado com o tempo de contribuição. A cada ano que passa, soma-se 1 ponto na exigência, até que se atinja o limite de 92 pontos (mulheres) e 100 pontos (homens). Mas atenção: no caso do tempo de contribuição exigido, também há diferença entre os sexos.

Em 2027, a exigência será de:

Os professores (ensino infantil, fundamental e médio) que começaram a contribuir para o **INSS** antes de 13 de novembro de 2019 também podem se aposentar ao cumprirem o pedágio de 100%. Neste caso específico, as exigências são:

O cálculo da aposentadoria considera a média de todos os salários de contribuição do trabalhador desde julho de 1994. Antes da reforma, levavam-se em conta os 80% maiores recolhimentos, descartando-se os 20% menores. Agora, não. A média considera 100% do que a pessoa recolheu desde o Plano Real (ou desde o início das contribuições, se posterior).

Depois disso, o valor da aposentadoria é calculado pelo **INSS** da seguinte forma: 60% da média encontrada para os salários de contribuição + 2% por ano que exceder 15 anos de contribuição para mulheres e 20 anos de recolhimento para homens.

Vale destacar uma exceção para quem se aposenta pela regra do pedágio de 100%. Neste caso, o valor do benefício deve ser de 100% da média salarial (sem redutores).

Vale lembrar que essas atualizações tratam das regras gerais. Para conferir quanto tempo falta e simular minha aposentadoria **INSS**, o trabalhador pode acessar diretamente a plataforma Meu **INSS** aposentadoria pelo site ou aplicativo oficial.

***Site:***
***https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2026/11/24/inss-veja-o-que-vai-mudar-nas-regras-de-aposentadoria-a-partir-de-janeiro-de-2027.ghtml***

# Lula busca opções para STF e avalia indicar mulher

***Sofia Aguiar, Tiago Ângelo, Andréa Jubé e Lucas Borges Teixeira De Brasília***

A poucas semanas do ano acabar, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda não definiu quem indicará ao Supremo Tribunal Federal (STF) e passou a buscar uma terceira opção diante da resistência ao nome do advogado-gcral da União (AGU), Jorge Messias, e da perda de espaço de Rodrigo Pacheco, ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). Em meio à indefinição, Lula tem pedido indicações de mulheres para a vaga.

A indefinição foi explicitada em encontro, no sábado (21), de Lula com ministros da Corte c os presidentes do Senado, Davi Al-columbre (União-AP), e da Câmara dos Deputados, Flugo Mot-ta (Republicanos-PB). Apesar de o chefe do Executivo ter defendido Messias, integrantes do governo preveem forte dificuldade para aprovar o AGU, já que ele já teve seu nome rejeitado pelo Senado em abril.

Na reunião, Lula ouviu críticas a Messias, a maior parte delas por causa da proximidade com André Mendonça, vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e nomeado ao Supremo pelo ex-presidente Jair Bolsonaro.

Segundo um ministro, o AGU teria atrapalhado a Corte ao manter proximidade com Mendonça no momento em que o Tribunal passa por uma crise ligada ao escândalo do Master. Mendonça é relator das apurações sobre o banco e também dos inquéritos que tratam do esquema de fraude em descontos de aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), que tem Fábio Luís Lula da Silva, filho do presidente, como um dos possíveis alvos.

Integrantes do STF pontuaram ainda que Messias poderia manter a proximidade com Mendonça, caso nomeado. O ministro foi um dos principais padrinhos do AGU na indicação que foi rejeitada pelo Senado. A avaliação de

três ministros do STF que participaram da o encontro é que Lula entendeu que insistir no nome de Messias seria inviável.

Diante dessa resistência, Pacheco passou a ser visto como o favorito. Contudo, nas últimas semanas, o ministro do STF perdeu espaço na disputa c aliados petistas citam um afastamento entre Lula e o mineiro. De acordo com auxiliares palacianos, apesar de Pacheco ser um nome com maior aceitação no Parlamento e apadrinhado por Alcolumbre, Lula já expressou que não deve indicá-lo agora, porque não seria o momento.

Com cenário incerto, Lula passou a procurar um terceiro nome para compor a Corte, escolha que tem sido defendida, inclusive, por integrantes do próprio Palácio do Planalto. Porém, segundo fontes, ele ainda não definiu qual deve ser o perfil do novo ministro.

Isso porque o presidente tem sido cobrado, tanto da base quanto da sociedade civil, pela escolha de uma mulher para a Corte Suprema. Atualmente, dos dez ministros em atividade, apenas uma é mulher, que é a ministra Cármcn Lúcia.

A leitura é que uma mulher, especialmente negra, seria um nome de "consenso" c, portanto, não deveria acumular grandes resistên-

cias para a aprovação. De olho nisso, no encontro de sábado, Lula pediu que os ministros indicassem nomes que têm a simpatia da Corte, em especial de mulheres.

Sobre possíveis opções, ministros da Corte consultados ainda não sabem dizer quais mulheres teriam ou não força. Um deles acredita que Lula não indicará ministras que integram o Superior Tribunal deJustiça(STJ).

Mesmo sem ter definido a nova indicação, o chefe do Executivo disse a interlocutores que pretende enviá-la ainda neste ano. Lula foi alertado, entretanto, de que apenas Pacheco teria uma tramitação célere na Casa. Porém, se optar por uma jurista mulher, em um gesto que teria respaldo social, o presidente aposta em uma ampla campanha nas redes sociais a fim de pressionar os senadores a votarem o nome.

Nesse contexto, aliados de Lula afirmam que, se ele escolher uma jurista mulher, que atenda aos requisitos constitucionais de notório saber jurídico e reputação ilibada, teria o apoio da opinião pública pela aprovação. A avaliação interna no governo é de que o deputado André Janones (Rede-MG), que continua à

frente do canal do WhatsApp que reúne mais de nove milhões de apoiadores de Lula, poderia liderar uma campanha nas redes pela aprovação. O volume de publicações e engajamento, acreditam, teria força para constranger os senadores a votar logo a indicação à Corte.

A indefinição sobre a escolha é agravada pelo calendário do Congresso. O governo quer encaminhar e aprovar a indicação ainda neste ano, diante do perfil mais conservador e oposicionista da próxima Legislatura, o que pode dificultar ainda mais a aprovação de um nome escolhido por Lula. Além disso, interlocutores avaliam que, caso o indicado seja desconhecido dos parlamentares, haverá pouco tempo para que se possa construir pontes com os senadores e angariar apoio à aprovação.

# Receita amplia participação em piloto da CBS para todas as empresas - CAPITAL S/A

***SAMANTA SALLUM***

De acordo com portaria da **Receita Federal**, publicada ontem, não será mais necessária a indicação por entidades representativas ou qualquer procedimento prévio de pedido de participação em piloto da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). A empresa precisa apenas cumprir os requisitos operacionais, cadastrais e de segurança estabelecidos pelo órgão. A medida tem como finalidade acelerar a implementação da CBS, um dos **tributos** criados pela **Reforma Tributária**. O piloto permitirá que empresas e a Receita façam testes conjuntos para validar e aprimorar os sistemas tecnológicos necessários ao funcionamento do novo modelo tributário. As empresas participantes poderão reportar falhas e inconsistências por meio do canal Receita Atende.

Portal Piloto

Para acessar os serviços do Portal Piloto da CBS, a empresa deverá outorgar procuração digital a seus representantes. Além disso, algumas funcionalidades exigem requisitos específicos:

» Gerar credenciais para acessar API - necessária para permitir a geração de credenciais de uso das interfaces de programação de aplicações (APIs);

» DeRE (Declaração de Regimes Específicos) - indispensável para acessar funcionalidades relacionadas a esse tema.

Assim, a empresa deverá verificar quais funcionalidades pretende usar, a fm de conceder aos representantes as autorizações correspondentes.

Pacote de ajuste fiscal preserva créditos de PIS/Cofins

Acordo entre parlamentares e governo permitiu aprovação de emenda que mantém créditos tributários após a extinção das contribuições. Ficou assegurado que créditos acumulados de PIS/Pasep e Cofins possam ser utilizados para compensar a CBS, ou ressarcidos em dinheiro. A **Receita Federal** tinha garantido antes que o Projeto de Ajuste Fiscal não iria interferir na transição do PIS e da Cofins para a CBS. "Essa compensação é prevista em lei complementar (para decisões judiciais finais até 31 de dezembro de 2026) e não é atingida pelo PLP 299"" reforçou.

Galípolo defende manutenção de alta taxa de juros

Sob a pressão da disparada do dólar e a repercussão do ajuste fiscal do governo, o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, defendeu uma linha conservadora para a taxa de juros. E provocou polêmica ao comentar sobre a meta de **inflação**. "Dentro do governo não há qualquer debate sobre mudança de meta, mudança do sistema. Zero, zero" disse ele sobre a meta vigente, de 3%. Os bancos gostaram de ouvir isso. Mas o governo federal, não. Gerou desconforto a declaração que soou como algo definitivo. Sobre a manutenção de taxa alta de juros, argumentou que a linha conservadora adotada gerou efeitos positivos para proteger a economia nacional. "Você não pode ser o médico e o causador do mal no paciente" frisou.

Prioridade do BC

Galípolo afirmou que a prioridade é a estabilidade de preços: "Se só couber um mandato, o mandato é estabilidade de preços."

Kombinacão Revisitada

3

no Universo Grãos

Nas ruas, a Kombi virou oficina, loja e até moradia. Ao observar os novos usos que o veículo ganhava em feiras, festas e outros espaços da cidade, o artista plástico Paulino Aversa levou essas transformações para as telas e imaginou outras. Sua arte faz do cotidiano da cidade matéria de sua pintura. Com 13 obras, entre telas e objetos, a exposição apresenta a pesquisa de mais de duas décadas sobre os usos da Kombi no cotidiano urbano. A mostra Kombinação Revisitada vai inaugurar a Galeria Nick Elmoor (homenagem ao fotógrafo de Brasília que por décadas registrou com arte a capital federal). O espaço ficará no Centro Cultural Universo Grãos, na 506 Sul. A abertura acontece na quarta-feira, das 19h às 22h.

Sebrae

Oportunidade internacional para empreendedores negros

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) está com inscrições abertas para formar um grupo de empreendedores para atuar numa plataforma digital de negócios entre os mercados brasileiro e africano. A ideia é selecionar 100 empreendedores negros, que terão acesso, por um ano, à plataforma internacional EXAB365, da Expo África Brasil, que une comerciantes do Brasil

aos que atuam no continente africano. As inscrições são gratuitas e seguem até 30 de novembro. A seleção também contempla empresários interessados apenas em adquirir produtos ou serviços de países da África.

Economia Criativa e serviços tecnológicos

As inscrições podem ser feitas pelo site da plataforma EXAB365. No período de um ano, os brasileiros aprovados poderão estabelecer contatos comerciais, identificar oportunidades e negociar com outros empreendedores de diferentes mercados com custos subsidiados pelo Sebrae. A ferramenta digital já disponibiliza oportunidades de negócios, com destaque para os setores da economia criativa e de serviços tecnológicos. O resultado do processo seletivo está previsto para ser divulgado em 3 de dezembro.

***Site:***
***https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/11/24/all.pdf***

# A pressão diária sobre Lula pelo ajuste fiscal

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou ontem que o governo federal precisa avançar no ajuste das contas públicas e melhorar a qualidade dos gastos para criar condições para a redução dos juros no Brasil.

Segundo ele, a prioridade da equipe econômica é construir uma trajetória de superávits primários crescentes, para retomar o grau de investimento do país.

No Macro Vision 2026, evento promovido pelo Itaú, Durigan afirmou que tem conversado diariamente com o presidente Lula sobre a importância de reverter o histórico de déficits primários recorrentes. Segundo o ministro, o projeto de lei complementar em discussão na Câmara, batizado de plano Moretti - em referência ao ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, autor do projeto de ajuste fiscal -, representa um primeiro passo, mas novas medidas serão necessárias nos próximos anos.

"O objetivo principal é retomar grau de investimento, fazer superávit robusto, deixar alguma projeção de futuro com certezas, que é algo que é razoável que seja demandado por parte do mercado", disse Durigan em conversa com o economista-chefe do Itaú, Diogo Guillen .

O ministro afirmou que o governo pretende perseguir superávits crescentes, que deverão chegar a um patamar entre 1,5% e 2% até o fim do mandato de Lula. Para alcançar esse objetivo, disse que será necessário reforçar o arcabouço fiscal, reduzir as exceções às regras, ampliar o controle sobre os gastos tributários e revisar os programas públicos.

"É importante que a gente reveja os programas e veja se as pessoas estão sendo atendidas, se o dinheiro público dentro da República está sendo bem utilizado", afirmou.

Desafios no Congresso Durigan também disse que a responsabilidade fiscal não deveria ser tratada como uma questão ideológica. Questionado sobre os possíveis desafios para o governo com a nova composição do Congresso, que terá maior presença de partidos de centro-direita, ele afirmou que o debate sobre a geração de superávits deve estar acima das divergências políticas.

"O debate de superávit ou de déficit não deve ser visto como de direita ou de esquerda. (...) Ajustar as contas, gerar superávit, acho que isso vai ficando de fora do aspecto ideológico", afirmou.

Além do ajuste fiscal, o ministro disse que o Brasil precisa avançar em uma agenda de reformas microeconômicas para aumentar a produtividade e reduzir os custos das empresas.

Entre as prioridades, Durigan citou a redução da burocracia e a transferência para o governo de parte das obrigações administrativas que hoje ficam a cargo dos empresários.

"O empresário é o principal motor que gera emprego, que faz investimento, que faz o país crescer.

O empresário brasileiro tem que ter menos trabalho, gastar menos energia com obrigação acessória", disse (Da Folhapress).

SAIBA MAIS

Sobre a **reforma tributária**, Dario Durigan afirmou que as dúvidas das empresas durante a adaptação ao novo sistema podem provocar algum impacto inflacionário, especialmente devido às incertezas na formação de preços. Segundo ele, esse efeito tende a diminuir quando as dúvidas técnicas começarem a ser esclarecidas.

» O ministro disse que a **Receita Federal**, os estados e os municípios deverão orientar os contribuintes durante a transição. Também afirmou que pretende apresentar a Lula, nos próximos dias, uma regra de transição para facilitar a adaptação das companhias.

Texto-base é aprovado na Câmara

A Câmara dos Deputados aprovou o texto-base do Projeto de Lei Complementar (PLP) 299/26, do Senado, que muda as regras fiscais para permitir ao Poder Executivo limitar a execução de despesas a fim de alcançar as metas de superávit primário a partir de 2027.

Foram 353 votos a favor, 128 contra e 5 abstenções.

Após, os deputados começaram a analisar os destaques apresentados ao texto pelos partidos na tentativa de mudar trechos do projeto, o que não havia sido finalizado até o fechamento desta edição.

A meta de 2027 é de um superávit (sobra de dinheiro)

de R$ 18,7 bilhões após deduções da ordem de R$ 64,7 bilhões permitidas pelo arcabouço fiscal que reduzem a meta de 0,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**) (R$ 83,4 bi em valores nominais).

O relator do projeto, deputado Mauro Benevides Filho, apresentou parecer pela aprovação do projeto sem mudanças, a fim de permitir seu envio à sanção presidencial, caso aprovado.

Em comparação com 2026, o governo terá de conseguir economizar cerca de R$ 70,6 bilhões para chegar aos R$ 18,6 bi positivos, pois fechará o ano com déficit (resultado negativo) de menos R$ 52 bilhões.

A proposta havia sido aprovada pelo Senado na última quarta-feira (18), após a equipe econômica concordar com algumas flexibilizações em nome de acordos com a oposição. O ministro Bruno Moretti (Planejamento e Orçamento), principal nome por trás das medidas, afirmou que as mudanças não afetam o alcance fiscal do projeto, calculado entre R$ 46 bilhões e R$ 56 bilhões no ano que vem (Da Agência Câmara e Folhapress

***Site: https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/issue-2411202607%20-%20ef3653b78dd472d2cab2da1fb8e17364.pdf?t=1795514619247***

# Confira tudo o que você precisa saber sobre o fim da escala 6x1 (Escala 6x1)

***Cristiane Gercina***

O fim da escala 6x1 começa em 16 de dezembro deste ano , conforme prevê a emenda constitucional 141 e decisão do ministro Flávio Dino , do STF (Supremo Tribunal Federal). A partir desta data, os trabalhadores precisam ter a jornada reduzida de 44 horas semanais para 42 horas, e entrar na escala 5x2 .

Decreto assinado na quinta-feira (19) pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e pelo ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho , estabelece o divisor das horas de trabalho e confirma a data de início da nova carga horária. Portarias devem regulamentar outros pontos que não ficaram claros.

O decreto reforça a necessidade de negociação coletiva entre empresas e trabalhadores para determinar novas regras de jornada e adequar as escalas de trabalho, reforça a validade de jornadas diferenciadas, como as de telemarketing, com seis horas de trabalho por dia, e 12X36, comum na área da saúde e que começa a ser adotada por restuarantes.

O documento afirma ainda que as regras da regulamentação se aplicam a empregados urbanos, rurais e domésticos e, no que couber, aos trabalhadores avulsos, que têm legislação específica. A Folha, com auxílio do MTE, esclare dúvidas sobre como será o fim da escala 6x1 .

A escala 6x1 é a escala na qual se trabalham seis dias com um de descanso na semana. Esse tipo de jornada de trabalho é permitido pela Constituição. A emenda constitucional 141 mudou isso. Alterou justamente o trecho da Constituição que trata de um repouso remunerado para garantir dois repousos semanais remunerados, um deles preferencialmente aos domingos. Ela chegou ao fim porque tem sido considerada uma escala na qual o trabalhador não consegue descansar

A emenda 141 institui a escala 5x2, com dois dias de descanso na semana, e reduz a jornada de trabalho. Serão menos horas de trabalho por semana: o limite cai de 44 horas para 42 horas e, depois, para 40 horas. O limite de oito horas por dia continua, mas, durante a transição, o trabalhador poderá ter jornada maior, sem pagamento de hora extra, para compensar os dois descansos semanais

A newsletter sobre o mundo jurídico exclusiva para assinantes da Folha

Carregando...

A emenda foi publicada em 16 de outubro de 2026 e o decreto que a regulamenta a medida foi publicado nesta quinta-feira (19), mas nada está valendo. As mudanças serão nas seguintes datas:

O decreto confirma essas datas, assim como decisão do ministro Flávio Dino, do STF

Todos os trabalhadores com carteira assinada, da cidade e do campo, têm direito à nova escala de descanso e à nova jornada menor. Isso inclui empregados domésticos, como empregadas domésticas, cuidadores e babás registrados. Também vale para quem já tem contrato em andamento, não só para novos contratos

O decreto deixa claro que as regras valem também, no que couber, para os trabalhadores avulsos, como os portuários e os trabalhadores de carga e descarga contratados por meio do órgão gestor de mão de obra ou do sindicato

A emenda mudou o artigo 7º da Constituição, que trata dos trabalhadores com carteira assinada contratados pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Servidores estatutários seguem as regras do regime próprio, definidas em lei específica de União, estado ou município. No caso dos servidores contratados pela CLT e nos que são de empresas públicas, as novas regras também são aplicadas

A Constituição garante repouso semanal remunerado de dois dias, um deles preferencialmente no domingo. Além disso, os dois dias não precisam ser seguidos nem necessariamente um deles precisa ser nos sábados. Quem define os dias é o empregador, respeitando as regras de rodízio de domingos.

Não. Lojas, restaurantes, supermercados e hospitais podem continuar abertos. O que muda é a organização das equipes, já que cada pessoa deverá trabalhar, no máximo, cinco dias e descansar dois, em esquema de rodízio. No entanto, a decisão do ministro

Flávio Dino autoriza que as folgas sejam dadas dentro do mês

Além disso, há setores do comércio e serviços considerados essenciais por lei federal ou leis municipais que podem funcionar aos finais de semana e necessitar de outros tipos de arranjos. A decisão de Dino deixa claro que poderá haver uma semana em que se trabalha na escala 6x1 e, na outra semana, será necessário trabalhar na 4x3

O comércio, no entanto, pode escolher fechar em dias de menos movimento e dar folgas para todos os seus funcionários nos mesmos dias

Não. Isso já era proibido e continua proibido. Se a folga vier depois do sétimo dia seguido de trabalho, ela deve ser paga em dobro

Sim, mas só com convenção ou acordo coletivo, em negociação entre os sindicatos e empresas e empregados, ou entre uma empresa e o sindicato da categoria. Nesses casos, é preciso dar ao menos oito folgas por mês e ninguém poderá ficar mais de uma semana sem folga. Na média, é como se tivessem sido concedidas duas folgas a cada semana

Depende. Se o trabalhador estiver na escala 6x1, também será afetado pela mudança, porque precisará ter dois dias de descanso semanal remunerado. Caso contrário, não, pois já tem a carga horária reduzida.

Com cinco dias de oito horas de trabalho diário, a semana fecha em 40 horas. Para chegar a 42 horas em cinco dias, seria preciso trabalhar mais de oito horas por dia. Isso só é possível com acordo de compensação de jornada, como prevê a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), e nunca acima de dez horas por dia

Em sua decisão no STF, o ministro Flávio Dino autorizou uma jornada de 8h24 por dia, de segunda a sexta, por exemplo, desde que seja negociado em convenção ou acordo coletivo, sem que os 24 minutos a mais por dia sejam pagos como extra

Turno ininterrupto de revezamento é quando a empresa funciona sem parar e o trabalhador alterna os horários (manhã, tarde e noite). O decreto publicado na quinta (19) garante a esses trabalhadores jornada de seis horas por dia. Convenção ou acordo coletivo pode prever outra jornada, como turnos de oito horas. Mesmo assim, no mês, duas regras precisam ser cumpridas:

Não. A emenda constitucional 141 proíbe qualquer redução de salário por causa da mudança, seja direta ou de forma proporcional às horas trabalhadas. Essa proteção contra a redução salarial vale também para os pisos das categorias. Também não deve haver nenhum tipo de aumento em relação a dar mais um descanso semanal remunerado ao trabalhador

O decreto 13.173 , que regulamentou o fim da escala 6x1, trouxe como regra mais importante o novo divisor das horas de trabalho. Deve-se dividir o salário pelo divisor determinado na nova regra. Com isso, o valor da hora ficará maior, mas o salário mensal, não. O decreto definiu os divisores da seguinte forma:

Se uma lei, uma convenção ou acordo coletivo, ou o próprio contrato de trabalho (com jornada menor) garantir um divisor menor, vale o menor, porque ele é mais vantajoso para o trabalhador, ou seja, as horas de trabalho terão valor maior

Exemplo: Fernanda é atendente em uma padaria e ganha R$ 2.100 por mês. Até 15 de dezembro deste ano, a hora dela vale R$ 9,55 (R$ 2.100 ÷ 220). A partir de 16 de dezembro de 2026, vale R$ 10 (R$ 2.100 ÷ 210). A partir de 16 de dezembro de 2027, valerá R$ 10,50 (R$ 2.100 ÷ 200), se não houver reajuste salarial

O valor da sua hora precisa subir, para que o total a ser pago no mês não caia. Exemplo: Paulo ganha R$ 15 por hora e trabalha 220 horas no mês, somando R$ 3.300. A partir de 16 de dezembro de 2026, ele passa a trabalhar 210 horas no mês, e a hora dele precisa subir para R$ 15,71. A partir de 16 de dezembro de 2027, com 200 horas no mês, a hora passa para a ser R$ 16,50. Assim, ele continua recebendo os mesmos R$ 3.300.

Como o salário é o mesmo e as horas de trabalho diminuem, cada hora de trabalho vale mais. Por isso, a hora extra também fica mais cara. Exemplo: Carlos ganha R$ 3.000 por mês. Veja quanto vale a hora dele e a hora extra com adicional de 50%:

Na prática: se Carlos fizer dez horas extras em janeiro de 2027, por exemplo, receberá cerca de R$ 214 por elas. Com a regra antiga, receberia R$ 205

A emenda constitucional 141 tem um artigo no qual prevê que lei complementar possa prever incentivos para que as pequenas empresas e os MEIs (microempreendedores individuais) sejam compensados de alguma forma pela mudança, mas não permite que haja qualquer adiamento do fim da escala 6x1 para esses comerciantes e prestadores de serviços ou indústrias

O decreto também não trouxe regra diferente, por isso, segundo o MTE, as datas valem para todos. Exemplo: Rosa tem uma padaria com quatro funcionários. Ela,

assim como demais empresários do país, precisa garantir a cada um o repouso semanal remunerado de dois dias a partir de 16 de dezembro de 2026

A PEC do fim da escala 6x1 criou a figura do superempregado, que é o profissional com diploma de nível superior e salário de pelo menos 2,5 vezes o teto do **INSS** (cerca de R$ 21,2 mil em 2026). Esse trabalhador, assim como quem é contratado em cargo de confiança, não tem controle de horário

Mesmo assim, o repouso semanal remunerado de dois dias continua obrigatório. A regra do superempregado, no entanto, não vale para empregados de empresas e órgãos públicos. Neste caso, ele tem controle de horário e vai seguir a redução da jornada, ou seja, trabalhará 42 horas semanais a partir de 16 de dezembro de 2026 e 40 horas semanais a partir de dezembro de 2027

Nesses contratos, a redução de horas começa quando o contrato com o órgão público for ajustado para cobrir o novo custo. Se o ajuste não for feito, a redução vale de qualquer forma a partir de 16 de outubro de 2027, ou seja, um ano depois da promulgação e publicação da PEC pelo fim da escala 6x1. O salário não pode ser reduzido

Os plantões da escala 12x36, muito comuns na área da saúde e cuja escala agora vem sendo adotada por restaurantes da capital paulista, continuam permitidos, desde que previstos em convenção ou acordo coletivo. O decreto define que, se no mês a média de horas por semana passar do limite (42 horas e, depois, 40 horas), o trabalhador tem direito a compensar as horas a mais com folga ou a recebê-las como hora extra, conforme a convenção ou o acordo

Exemplo: Mariana é enfermeira e faz plantões de 12 horas dia sim, dia não. Em um mês de 30 dias, são 15 plantões, ou 180 horas: média de 42 horas por semana. Até 15 de dezembro de 2027, isso fica dentro do limite. A partir de 16 de dezembro de 2027, com o limite de 40 horas previsto na emenda constitucional 141, ela passa cerca de oito horas e meia do limite no mês. Essas horas devem virar folga ou ser pagas como extras. Nos meses em que ela fizer 16 plantões já a partir de 16 de dezembro deste ano, também deverá ter folga, banco de horas ou pagamento de hora extra

Sim. A Constituição já estendia aos domésticos as regras de jornada e de descanso semanal dos demais trabalhadores e o decreto confirma que as novas normas valem para todos, incluindo os empregados domésticos. Por isso, eles também passam a ter repouso semanal remunerado de dois dias e o novo limite de 42 horas semanais, a partir de 16 de dezembro de 2026 e 40 horas semanais, em dezembro de 2027

O decreto nº 13.173 , de 19 de novembro de 2026 regulamenta a emenda constitucional 141, definindo vários pontos que deixaram dúvidas a empregadores e trabalhadores. Os principais são:

Alguns pontos ainda dependem de lei a ser aprovada pelo Congresso, como as medidas temporárias para pequenas empresas, por exemplo. Enquanto essa lei não existir, valem as regras da emenda constitucional e do decreto.

A partir de 16 de dezembro de 2026, as cláusulas de convenções e acordos coletivos sobre jornada e descanso que não estejam de acordo com a emenda constitucional 141 perdem o efeito automaticamente, mesmo que a convenção ainda esteja em vigor. As demais cláusulas continuam valendo

Trabalhadores, empregadores e sindicatos têm até dia 15 de dezembro deste ano para fazer a adaptação para as 42 horas semanais e com a escala prevendo duas folgas. O empregador pode determinar os dias das folgas. A convenção ou acordo coletivo pode ainda prever banco de horas. Se não forem dada as folgas, e não houver banco de horas, é preciso pagar a hora extra. A depender do caso, ela é paga em dobro

A emenda constitucional não altera nenhuma norma relativa à contratação ou demissão no Brasil. Ela muda apenas a jornada e o descanso, sem permitir redução de salário nem determinar aumento do valor mensal. Além disso, qualquer mudança de horário deve ser comunicada por escrito ao trabalhador

O trabalhador pode:

O trabalhador que seguir na escala 6x1 sem que haja negociação coletiva com o sindicato ou sem que pertença a categoria que justifique esse tipo de trabalho pode cobrar as folgas que não foram dadas na Justiça. Especialistas indicam, em primeiro lugar, procurar o sindicato da categoria e o próprio MTE. Caso não haja acordo, é possível ir ao Judiciário e cobrar as horas e as folgas que deixou de ter

A emenda constitucional 141 foi promulgada e publicada em 16 de outubro. Foram dados 60 dias para que os empregadores se adequem. Este prazo vence em 15 de dezembro. No dia 16, é preciso estar com tudo ajustado à nova regra, ou seja, com a escala 6x1 extinta. O ministro Flávio Dino, do STF, e o decreto do governo federal já validaram estas datas. O empregador pode, neste período:

O ministro Flávio Dino concedeu decisão monocrática -tomada por um único ministro- em ADIs (Ações Diretas de Inconstitucionalidade) apresentadas pelas confederações do comércio (CNC) e da indústria (CNI). Segundo ele, a escala 5x2 passa a valer em dezembro, com redução da carga horária para 42 horas semanais

Ele entendeu que não é possível adiar a medida nem derrubá-la, como havia sido solicitado. O ministro também disse que é há casos nos quais se pode ter uma semana com a escala 6x1 e outra com a escala 4x3, como forma de compensar o trabalho a mais. No entanto, dentro do mês, é preciso dar oito folgas aos trabalhadores

O minitro pediu ainda que o Congresso aprove lei de apoio às micro e pequenas empresas em até 180 dias, e não no período de um ano, como prevê a PEC

O ministro Luiz Fux pediu destaque no julgamento das duas ADIs sobre o fim da escala 6x1. Com isso, interrompeu julgamento de urgência que estava sendo realizado no plenário virtual da corte e o caso será levado ao plenário físico. Seu pedido não altera a decisão de Flávio Dino nem as datas de implantação da escala, por enquanto

No entanto, a depender do que o plenário físico decidir, pode haver mudanças no fim da escala 6x1. Isso porque o julgamento das ações vai recomeçar do zero no plenário físico, em data a ser definida pelo presidente da casa, Edson Fachin, que é quem define a pauta das sessões

***Site:***
***https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2026/11/confira-tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-o-fim-da-escala-6x1.shtml***

# INSS inicia pagamento de novembro e do 13º de novos beneficiários; veja calendário

***Por Redação g1 - São Paulo***

Aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) começam a receber os benefícios de novembro nesta terça-feira (24). O **INSS** também pagará o 13º salário aos novos beneficiários.

Neste ano, o **INSS** antecipou o pagamento do abono anual para quem já recebia benefício até abril. As duas parcelas foram pagas entre o final de abril e o início de junho. Já quem passou a receber o benefício após esse período receberá o valor em parcela única , diz o **INSS**.

??? Tem alguma sugestão de reportagem? Mande para o g1

O calendário é definido conforme o número final do cartão do benefício, sem considerar o dígito verificador (número que aparece após o traço).

Recebem primeiro os segurados que ganham até um salário mínimo. Quem recebe acima do piso nacional terá o pagamento liberado na sequência.

Veja as datas de pagamento para quem ganha até um salário mínimo:

Final 1: 24/11Final 2: 25/11Final 3: 26/11Final 4: 27/11Final 5: 30/11Final 6: 01/12Final 7: 02/12Final 8: 03/12Final 9: 04/12Final 0: 07/12

Quem recebe acima de um salário mínimo

Finais 1 e 6: 01/12Finais 2 e 7: 02/12Finais 3 e 8: 03/12Finais 4 e 9: 04/12Finais 5 e 0: 07/12

Como conferir o dígito verificador

O calendário leva em conta o número final do cartão de benefício, sem considerar o último dígito verificador, que aparece depois do traço.

Para quem ganha até o mínimo, o calendário começa com benefício com final 1.

Para os que recebem acima desse valor, o calendário inicia com os cartões de final 1 e 6. No dia seguinte, são pagos os finais 2 e 7, e assim por diante.

LEIA TAMBÉM: Aposentadoria 2026: entenda as regras de transição que valem a partir deste ano

Como consultar o benefício

Aposentados e pensionistas do **INSS** podem consultar o valor a receber do seu benefício pelo aplicativo Meu **INSS** ou no site meu.**inss**.gov.br.

Também é possível obter informações pelo telefone 135, que funciona de segunda a sábado, das 7h às 22h.

Para acessar, é necessário informar CPF e senha cadastrados no portal Gov.br.

***Site:***
***https://g1.globo.com/economia/noticia/2026/11/24/inss-inicia-pagamento-de-novembro-e-do-13o-de-novos-beneficiarios-veja-calendario.ghtml***

# Sanção e vigência em 2027: entenda os próximos passos do pacote fiscal de Lula aprovado no Congresso

***Por O Globo - Brasília***

A Câmara dos Deputados aprovou na madrugada desta terça-feira o projeto que prevê um ajuste fiscal nas contas públicas e que já havia sido aprovado pelo Senado na semana passada . Agora o texto vai à sanção do presidente Lula . O pacote de medidas tem estimativa de economia de até R$ 56 bilhões em 2027.

O texto-base foi aprovado na noite de segunda-feira, mas a votação só foi concluída pouco depois da meia-noite devido à estratégia de partidos da direita, como o PL, e também da esquerda, como o PSOL, de propor alterações no texto por meio de destaques para inviabilizar a conclusão da votação no Congresso.

Todos os destaques foram rejeitados, o que evitou a volta do texto ao Senado e garantiu a conclusão da aprovação do pacote pelo Legislativo na madrugada de hoje.

O texto-base foi aprovado por 353 votos. Houve 128 contrários e cinco abstenções, todas de parlamentares de partidos de esquerda. Duas delas foram de deputados do PT: Lindbergh Farias (RJ) e Natália Bonavides (RN). As outras três foram do PSOL: Erika Hilton (SP), Professora Luciene (SP) e Célia Xakriabá (MG).

Além disso, os outros dez deputados do PSOL votaram por obstrução, recurso regimental utilizado por bancadas para tentar adiar votação sem registrar voto contrário. A estratégia, no entanto, não impediu o quórum mínimo da votação. Eram necessários 402 e o quórum da votação do texto-base foi de 487 dos 513 deputados.

Com o aval dos deputados ao texto aprovado no Senado sem modificações, o projeto agora deve ir à sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Boa parte das regras tem data própria para começar a valer, a maioria em 2027.

O texto vai à sanção. Lula tem 15 dias úteis para sancionar ou vetar a proposta, no todo ou em parte. Eventuais vetos voltam ao Congresso, que pode derrubá-los em sessão conjunta. A lei entra em vigor na data da publicação no Diário Oficial da União, mas isso não quer dizer que todas as medidas passam a valer no mesmo dia.

O governo estima que o pacote melhore o resultado primário de 2027 entre R$ 45,1 bilhões e R$ 56,1 bilhões. A equipe econômica considera o projeto condição para fechar o Orçamento do ano que vem, que tem meta de superávit de 0,5% do **PIB**, ou R$ 73,2 bilhões.

Se o Congresso concluir a aprovação do pacote fiscal, o texto será sancionado pelo presidente Lula. A entrada em vigor depende da medida. A principal mudança de regra, que reduz de 2,5% para 2% o limite de crescimento real das despesas, vale a partir de 2027 e só nos anos em que o governo tiver de fazer contingenciamento.

Já as novas regras de bloqueio, que permitem contingenciar gastos mesmo quando a projeção está dentro da meta e podem atingir despesas obrigatórias que não estão previstas na Constituição, não têm data própria e passam a valer com a publicação.

No corte de benefícios tributários, a data muda conforme o tributo. Para os que seguem a regra dos 90 dias (PIS/Cofins, CSLL, IPI e contribuição patronal), o efeito começa no primeiro dia do quarto mês depois da publicação. Se a lei sair em dezembro, por exemplo, isso significa abril. Para o Imposto de Renda das empresas e o Imposto de Importação, a mudança vale a partir de 1º de janeiro de 2027.

Os limites aos repasses da Lei Kandir e à compensação previdenciária entre o **INSS** e os regimes próprios de servidores (Comprev), esta de R$ 3 bilhões por ano, valem de 2027 a 2030. Já o trecho que permite tirar da meta fiscal até R$ 10,5 bilhões gastos com a subvenção ao diesel vale só para 2026.

Sim. A limitação ao uso de créditos tributários pelas empresas para pagar **tributos** federais, que pode render de R$ 12,8 bilhões a R$ 18,3 bilhões em 2027, só pode ser acionada quando houver contingenciamento, e os percentuais serão definidos por ato do Executivo. A medida responde por quase

um terço do impacto estimado do pacote.

O teto aos supersalários também não é automático. O texto dá prazo de 60 dias, contados da publicação da lei, para o Congresso votar um projeto sobre o tema.

***Site:***
***https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2026/11/24/sancao-e-vigencia-em-2027-entenda-os-proximos-passos-do-pacote-fiscal-de-lula-aprovado-no-congresso.ghtml***

# Até que dia a empresa pode depositar o 13º salário em 2026? Veja prazos

O empregador deve pagar a primeira parcela do 13º salário até segunda-feira, 30 de novembro de 2026. A quitação da gratificação natalina pode ocorrer em duas partes ou em cota única, conforme prevê a legislação trabalhista brasileira.

Receba as principais notícias direto no WhatsApp! Inscreva-se no canal do Terra

O depósito integral em transferência única é permitido por lei apenas quando realizado até o encerramento de novembro. Deixar o valor total para o mês seguinte configura atraso da fração inicial e sujeita a empresa a penalidades administrativas apuradas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

A antecipação de metade da remuneração extra pode ocorrer entre fevereiro e novembro, segundo a organização financeira de cada contratante. Além disso, o empregado tem a opção de receber esse adiantamento durante as férias, contanto que apresente requerimento formal por escrito ao setor de recursos humanos durante janeiro.

Quando vence a segunda parcela do benefício?

O depósito do saldo restante precisa ocorrer até 18 de dezembro, sexta-feira. O limite fixado pela Lei nº 4.749/1965 é 20 de dezembro, mas a coincidência da data com o fim de semana antecipa o pagamento para o dia útil anterior.

Como funcionam as retenções de **INSS** e Imposto de Renda?

Os descontos legais incidem sobre a totalidade da gratificação e ocorrem no segundo pagamento. O primeiro depósito cai na conta de maneira integral, equivalente à metade do montante bruto previsto, sem qualquer redução na folha.

Em 2026, trabalhadores com rendimentos de até R$ 5 mil contam com isenção do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre a gratificação natalina, mudança estabelecida pela Lei nº 15.270/2025. O recolhimento previdenciário do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) permanece obrigatório para todos os contratados, com alíquotas que variam entre 7,5% e 14% calculadas de forma autônoma em relação ao salário ordinário de dezembro.

***Site: https://www.terra.com.br/economia/ate-que-dia-a-empresa-pode-depositar-o-13-salario-em-2026-veja-prazos,667d541001a507a6098181da9602c9canbguwvm0.html***

# "Juro é consequência da confiabilidade dos mercados no País"

***CRISTINA CANAS FRANCISCO CARLOS DE ASSIS***

Ele passa comando do Movimento Brasil Competitivo para Luiz Carlos Trabuco Cappi.

Depois de 25 anos, o empresário Jorge Gerdau Johannpeter deixou ontem a presidência do Movimento Brasil Competitivo (MBC), onde será sucedido por Luiz Carlos Trabuco Cappi, presidente do conselho do Bradesco. Em entrevista ao Estadão, Gerdau fala sobre os desafios para a competitividade das empresas brasileiras. Para ele, os juros elevados e o alto custo do trabalho impõem uma desvantagem estrutural que compromete os investimentos e prejudica o setor produtivo no Brasil. Ele diz que os juros são definidos pelo mercado e atualmente refletem o baixo grau de confiabilidade internacional no País em razão do elevado endividamento do governo.

"Não se resolve com uma decisão de baixar os juros. O juro é consequência da confiabilidade do País. Ele só cai de forma sustentável quando o governo mostra que não vai gastar mais do que arrecada e reduz a dívida a um nível que cria confiança", diz.

Além dos juros altos, o empresário aponta o elevado custo do trabalho como outra desvantagem estrutural para as empresas. A seu ver, a reforma trabalhista não resolveu a distorção entre o salário líquido e o custo total da folha para as empresas. Por isso, pede correções estruturais. Para ele, há dois temas cuja melhora deve ser perseguida no País: a educação e o índice de poupança e investimento. A seguir, os principais trechos da entrevista:

O juro é o grande responsável pelo aumento da dívida no Brasil? Como isso impacta o setor produtivo?

Quem define a taxa de juro é o mercado. Não há governo nem ninguém que consiga comandar esse processo. Foi a diminuição da confiabilidade do mercado internacional em relação ao Brasil que definiu as taxas que estamos pagando. Então, os juros pesam muito na dívida, isso é evidente, mas eles são consequência. Quanto ao setor produtivo, a consequência mais grave é sobre o investimento. Quando o empresário brasileiro financia um projeto a um custo muito superior ao do concorrente, já parte de uma desvantagem estrutural, e muitos investimentos simplesmente deixam de acontecer. O novo estudo do Movimento Brasil Competitivo (MBC) estima o peso dos juros reais em R$ 363 bilhões.

Quais os pontos que o senhor ressalta do novo relatório do MBC?

Ele mostra duas coisas: onde o País teve continuidade, houve avanço. A educação melhorou, a abertura de empresas ficou mais simples, os serviços públicos se digitalizaram. São políticas que atravessaram governos, e por isso deram resultado. A segunda é que aquilo que piorou pesa mais do que aquilo que avançou.

Poderia dar alguns exemplos do que piorou?

A logística, a carga tributária e o custo do dinheiro aumentaram, e são fatores que a empresa não controla. Ela pode ser eficiente dentro da fábrica e perder essa eficiência na estrada, no imposto e no financiamento. Só o custo logístico brasileiro é quase o dobro do americano. No conjunto, o custo Brasil voltou a crescer e já representa mais de um quarto do **PIB** brasileiro. O número sozinho não diz tudo. A pergunta que eu faço é: qual é esse custo nos países com quem nós competimos? Qual é o melhor número que existe hoje no mundo? O estudo compara o Brasil com a média da OCDE, mas a competição é global, e, se olharmos para a Ásia, a nossa situação é ainda pior.

Como avalia a situação das empresas e a sobrevivência delas com juros tão altos?

Eu tenho uma preocupação muito grande com essa situação.

Com o custo do dinheiro no nível atual, uma empresa que, historicamente, devia 20%, paga hoje como se devesse algo perto de 50%. A dívida é a mesma, mas o custo é 150% maior. Ninguém consegue operar assim por muito tempo. No curto prazo, a empresa deixa de conseguir pagar os juros e a dívida cresce. Quando isso se prolonga, ela se torna inviável. Quem reduziu o endividamento está mais tranquilo, mas, na maioria dos casos, adiou investimentos. Quem não conseguiu fazer esse ajuste está numa situação muito difícil, e estamos com um número muito alto de recuperações judiciais. Para as pequenas e médias empresas, a situação é ainda mais grave. E na pessoa

física é igual.

O sr. defende a modernização do mercado de trabalho. A reforma não endereçou esta questão?

A evolução da legislação trabalhista foi um aprimoramento importante, principalmente na redução da judicialização. Mas não atribuiria a evolução do emprego só à reforma. Ele depende do crescimento, do investimento e da produtividade. Na realidade, o problema estrutural continua sendo o custo do trabalho. Entre os vários custos que o Brasil tem fora do equilíbrio mundial, esse é um dos mais importantes. Na maioria dos países, o custo para a empresa fica 30% ou 40% acima daquilo que o trabalhador leva para casa. No Brasil, o trabalhador leva líquido um pouco mais da metade do que custa para a empresa. Então, a estrutura de remuneração do trabalhador, em relação ao custo que ele representa para a empresa, é completamente diferente da estrutura mundial. O novo estudo do MBC estima os encargos trabalhistas em cerca de R$ 466 bilhões. São correções estruturais que precisam ser feitas, comparando a nossa estrutura com a do mercado internacional.

O sr. critica a falta de clareza de propósitos no Brasil. Quais propósitos deveríamos perseguir?

Fala-se muito em políticas globais, mas a política global tem de ser consequência das políticas dos diversos ministérios. É a soma das definições de cada ministério que dá a definição da política global. Então, temos uma deficiência: não existe clareza de propósitos de forma descentralizada, para que depois se possa ter o propósito global como soma das definições setoriais e específicas. Cada ministério deveria ter os seus dois ou três principais propósitos, com metas e acompanhamento. Dito isso, há dois temas-chave que, no meu entender, têm de ser perseguidos: a educação e o índice de poupança e investimento.

O sr. diz também que se criou no Brasil uma falsa dicotomia entre crescimento econômico e políticas sociais. O que quer dizer?

O sucesso do desenvolvimento social passa pelo sucesso econômico. O crescimento das políticas sociais não pode ser feito em cima de aumento de déficit. Tem de ser feito sobre o aumento da arrecadação que vem do crescimento, sem aumento de **impostos**, e pela real eficiência. Quando as melhorias são feitas com aumento de **impostos**, as consequências muitas vezes são negativas, porque se reduz o investimento e, consequentemente, a capacidade de gerar renda. Por isso, todo aumento de imposto tem de ser analisado na perspectiva do aumento real de produtividade. No meu entender, o País precisa de um macropropósito de renda per capita. Tenho defendido uma meta na faixa de US$ 20 mil a US$ 25 mil, olhando a experiência de países como Portugal.

O sr. está deixando a presidência do Conselho Superior do MBC após 25 anos. Houve evolução nas condições econômicas e estruturais nesse período?

O País teve evoluções do ponto de vista gerencial ao longo desses 25 anos. A agricultura é o melhor exemplo do que tecnologia e gestão fazem por um setor. Mas o custo da gestão do País como um todo aumentou. Houve aumento da carga tributária, o custo total do governo encareceu e hoje temos um déficit que sobe um pouco mais a cada ano. Isso nos leva a uma situação de inviabilidade gerencial no futuro. Quando começamos a trabalhar com tecnologia de gestão na Gerdau, nos anos 1980, a partir dos métodos de qualidade desenvolvidos no Japão, aprendemos que o trabalhador brasileiro, quando educado e capacitado, atinge padrões internacionais de produtividade. Mas aprendemos também que a competitividade não depende só do que acontece dentro da usina.

O senhor pode detalhar?

Podemos ter a melhor tecnologia e as melhores equipes, mas custos com energia, financiamento, logística e tributação continuam definindo se o produto é competitivo ou não. Foi isso que nos levou ao MBC. Primeiro, para levar tecnologia de gestão ao setor público: União, Estados, municípios e tribunais. Depois, para trabalhar os problemas globais de competitividade. O custo Brasil - de R$ 3,5 trilhões por ano, o equivalente a 27,5% do **PIB** - é consequência desse processo. A **reforma tributária** mostra o nosso atraso. Os países com quem competimos adotaram o imposto sobre valor agregado há décadas. A aprovação foi importante, mas a implementação tem de preservar a simplificação. O que me preocupa é a velocidade. O mundo continua avançando, e nós temos de recuperar o atraso ao mesmo tempo. O País tem de buscar uma meta de equilíbrio e não trabalhar com déficit.

***Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo***

# Mercado vê inflação mais alta e Selic a 13% em 2027

***MAYRA CASTRO mayra,castro@oglobo.com.br***

O mercado financeiro elevou pela sexta semana consecutiva a projeção de **inflação** para 2027 e subiu pela segunda vez seguida a estimativa para os juros no fim do próximo ano. Segundo o Boletim Focus divulgado ontem pelo Banco Central( BC ), a previsão para o IPCA passou de 5% para 5,12%, enquan toada Se licf oi de 12,75% para 13% ao ano.

Os analistas reduziram a expectativa de crescimento do **PIB** em 2027, de 1,02% para 1%. Foi a sexta queda semanal seguida. O governo também divulgou piora em suas projeções (leia mais na página 14).

Para 2026, a estimativa de **inflação** voltou a subir, de 5,11% para 5,15%, após a redução registrada semana passada. Já a previsão para a Selic no encerramento deste ano ficou em 13,75% ao ano pela segunda semana consecutiva.

A expectativa de crescimento da economia em 2026 caiu de 1,72% para 1,70%, na sexta revisão seguida para baixo.

A combinação de dólar mais alto e pressões sobre custos de produção ajuda a explicara pior ade projeções de **inflação**, mesmo coma economia perdendo força, dizem analistas. André Valério, economistaInter, e M a the us Pizza ni, economista do Pi cP ay,ve em possibilidade de corte de juros em 2027, mas apontam restrições à ação do BC.

Pizzani atribui a revisão da **inflação** do ano ao grupo dos alimentos no domicílio. Segundo ele, o excesso de chuvas prejudica a produção de itens mais sensíveis ao clima, como tomate e batata-inglesa, pressionando preços. Para 2027, cita efeitos do petróleo mais caro e da desvalorização do real sobre custos da indústria.

-São mais fatores de oferta do que de demanda que estão motivando essa revisão para cima. Porque, pelo lado da demanda, teria de ser o contrário. A gente está passando por um processo de desaceleração do ritmo de crescimento - afirma Pizzani.

O economista cita riscos relacionados ao El Niño, à pressão sobre os custos de trabalho com o fim da escala 6x1 e aos possíveis efeitos da transição da **reforma tributária** sobre os preços.

Na avaliação de Valério, a incerteza fiscal intensifica o quadro ao pressionar o câmbio:

-O aperto mone tá rioé prolongado ejáé sentido pelas famílias e pelas firmas, portanto, alguma desaceleração já está contratada. Por isso, a resolução da incerteza fiscal é essencial para impedir um cenário ainda mais adverso, permitindo a normalização da taxa de câmbio e da curva de juros.

Pizzani também avalia que há espaço para reduzir os juros, mas condicionado à melhora das expectativas de **inflação**, ao comportamento do câmbio e à confirmação da desaceleração. Ele destaca ainda a influência da política monetária americana sobre a atração de recursos para o Brasil.

As estimativas para o dólar subiram. Para o fim de 2026, a previsão passou de R$ 5,40 para R$ 5,55, na quarta alta semanal seguida. Para o encerramento de 2027, avançou de R$ 5,45 para R$ 5,50.

***Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo***

# Governo prevê inflação no teto da meta em 2027

***THAÍS BARCELLOS thais.barcellos@bsb.oglobo.com.br***

O governo Lula reduziu sua expectativa de crescimento da economia de 2,3% para 1,8% em 2027. Ao mesmo tempo, a projeção de alta dos preços foi elevada de 3,8% para 4,5%, no teto da meta.

Ogoverno Lula elevou a projeção para o IPCA, índice oficial de **inflação**, para o teto da meta (4,5%) em 2027, ao mesmo tempo em que reduziu a expectativa de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) no ano que vem. Para 2026, o movimento de alta na previsão de **inflação** e de queda para a expansão do **PIB** foi o mesmo, embora mais modesto.

De acordo com o Boletim MacroFiscal, a projeção para o **PIB** deste ano caiu de 2% para 1,9%, enquanto a estimativa para o IPCA subiu de 4,9% para 5,3%. A meta é de 3%, com margem de tolerância até 4,5%. Para 2027, a previsão do **PIB** recuou de alta de 2,3% para 1,8%, enquanto a expectativa para a **inflação** subiu de 3,8% para 4,5%.

A Secretaria de Política Econômica (SPE), do Ministério da Fazenda, cita o efeito contracionista da Taxa Selic, assim como o custo de crédito elevado. No quesito inflacionário, são mencionados o aumento recente do dólar, o efeito d aguerra no OrienteMédio, o impacto do El Niño eaalt ado ICMS sobre combustíveis, além de potenciais reflexos da **Reforma Tributária** e do fim da escala 6x1.

Segundo aSPE, a revisão para o PI Beste ano reflete o cenário para a indústria de transformação, pressionada pelo custo do crédito, o aperto monetário e a elevação de incertezas com o processo eleitoral.

-É uma aceleração bastante compatível com apolítica monetária contracionista. A gente vem em um processo de desaceleração ao longo do ano, e o terceiro trimestre confirma essa desaceleração - disse a secretária Débora Freire.

A expectativa é que o **PIB** fique estável no terceiro trimestre ante o segundo, mas há risco de ficar levemente negativo, após alta de 0,4% entre abril e junho na mesma base de comparação. No quarto visãoé de retomada, sobretudo devido ao reajuste do Bolsa Família, à proibição dasbet se ao13º salário, que devem dar sustentação ao consumo no fim do ano.

Em 2027, a revisão reflete juros ecus todo crédito elevados por mais tempo, com quedada Se li cm ais gradual, diz a SPE. Pesam a menor contribuição da agropecuária, em razão do El Niño, e o menor carrego estatístico na passagem do ano.

Rafael Leão, subsecretário de Política Macroeconômica da SPE, destacou que saíram as primeiras previsões da safra para o ano que vem, e as notícias não são boas. A secretária de Política Econômica destaca que o governo não vê cenário recessivo, mas sim de desaceleração.

Sobre a **inflação**, a SPE citou que o IPCA de setembro ficou acima do esperado, sobretudo em alimentação no domicílio e serviços. E as expectativas se deterioraram. No Boletim Macro Fiscal, foram citadas a depreciação cambial e as hipóteses de prolongamento de tensões no Oriente Médio e de El Niño mais intenso.

Leão destacou que está se formando uma "tempestade perfeita" para a alta dos preços de alimentos em 2027, tanto pelo efeito do El Niño quanto pela depreciação cambial. Segundo ele, há conversas no governo sobre eventuais medidas de mitigação.

***Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo***

# Após ajuste fiscal, governo tentará aprovar medidas para evitar perda de arrecadação

Adicione como fonte preferencial no Google

Após a aprovação do projeto de ajuste fiscal , o governo federal tentará avançar no Congresso com outras duas propostas que considera importantes para as contas públicas de 2027 .

Uma delas é a PEC do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), que mantém temporariamente a cobrança sobre produtos prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. A outra é a medida provisória que define as taxas do Imposto Seletivo , conhecido como " imposto do pecado ", para o ano que vem.

As duas medidas fazem parte da transição para o novo sistema de **impostos** sobre o consumo , criado pela **reforma tributária** . O objetivo do governo é evitar uma interrupção na cobrança sobre esses produtos e uma perda de arrecadação.

Segundo a IFI (Instituição Fiscal Independente), ligada ao Senado, a aprovação da medida provisória até o fim de 2026 é necessária para que o governo não perca R$ 46,8 bilhões em receitas em 2027.

O cálculo considera a arrecadação com o Imposto Seletivo e com a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) incidente sobre o tributo.

Governo tem desafio para manter arrecadação

Ainda segundo a instituição, mesmo com a aprovação da medida provisória, ainda haveria uma perda estimada em R$ 4,2 bilhões em janeiro, caso a PEC do IPI não seja aprovada a tempo.

Isso porque o Imposto Seletivo só poderá ser cobrado após um intervalo mínimo de 90 dias da publicação da medida provisória, em 4 de novembro. O início da cobrança está previsto para fevereiro de 2027 .

Pelas regras atuais da **reforma tributária**, a maior parte das taxas do IPI será zerada em janeiro. A PEC pretende manter a cobrança do imposto sobre os produtos que passarão a ser alcançados pelo Imposto Seletivo até o início da vigência do novo tributo.

Andamento no Congresso

A proposta foi enviada à Câmara em 5 de novembro e aguarda despacho do presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB). Para mudar a Constituição, precisa ser aprovada em dois turnos, tanto pelos deputados quanto pelos senadores.

Já a medida provisória que estabelece as taxas do Imposto Seletivo para 2027 aguarda a instalação de uma comissão formada por deputados e senadores, antes de seguir para votação nos plenários das duas Casas.

A medida provisória entra em vigor assim que é editada, mas precisa ser aprovada pelo Congresso para se tornar lei. O prazo de tramitação indicado no site do Congresso vai até 12 de fevereiro de 2027. A equipe econômica, porém, busca a aprovação ainda neste ano para preservar a previsão de arrecadação para 2027.

O 'imposto do pecado'

O Imposto Seletivo foi criado pela **reforma tributária** para incidir sobre produtos e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. Entre os itens previstos na medida provisória estão cigarros, bebidas alcoólicas, bebidas açucaradas e veículos.

Segundo o governo, as taxas previstas para 2027 foram definidas para manter, em patamar semelhante ao atual, a tributação desses produtos pelo IPI. As taxas para os anos seguintes ainda deverão ser discutidas pelo Congresso.

As propostas se somam ao esforço do governo para melhorar as contas públicas e acomodar despesas no Orçamento de 2027.

Ajuste fiscal vai à sanção presidencial

A Câmara dos Deputados aprovou na segunda-feira (23) o projeto de ajuste fiscal . Os deputados mantiveram o texto que chegou do Senado e não promoveram alterações. Agora, a proposta segue para sanção presidencial .

Na semana passada, quando o projeto foi aprovado no Senado, o ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, afirmou que as medidas previstas no projeto de lei complementar poderiam produzir uma melhora de cerca de R$ 50 bilhões nas contas

públicas no ano que vem.

A líder do governo no Senado, Teresa Leitão (PT-PE), também disse que o Executivo prepara uma nova PEC para dar continuidade ao ajuste fiscal . Ela não informou o conteúdo nem quando a proposta será apresentada.

Segundo a senadora, o governo avalia que medidas consideradas mais polêmicas precisam ser votadas ainda neste ano , antes da posse da nova composição do Senado, considerada mais desfavorável ao Palácio do Planalto.

Busque no R7

***Site: https://noticias.r7.com/brasilia/apos-ajuste-fiscal-governo-tentara-aprovar-medidas-para-evitar-perda-de-arrecadacao-24112026/***

# BRB, Ambipar e Refit têm os seus registros suspensos pela CVM

***LUÍSA LAVAL***

A Superintendência de Relações com Empresas (SEP) da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) anunciou ontem a suspensão do registro de cinco companhias abertas por descumprimento, há mais de 12 meses, da obrigação de prestar informações periódicas (balanços) à autarquia, conforme previsto na Resolução CVM 80.

Entre as empresas que tiveram seus registros suspensos estão a Ambipar, que está em processo de recuperação judicial, e o Banco de Brasília (BRB), que está envolvido nas fraudes do Banco Master, que está há mais de um ano sem divulgar balanços.

A Ambipar também mantinha relações com o Master. Os empresários Tércio Borlenghi Jr, controlador da empresa de gestão ambiental, Nelson Tanure e o ex-banqueiro Daniel Vorcaro participaram de uma sequência de compras coordenadas de ações da Ambipar, que subiram 863% entre junho e agosto de 2024, numa manobra para inflar os ativos que integravam fundos operados pelo trio. A operação é investigada no âmbito do escândalo do banco Master.

Segundo o **comunicado**, a SEP aplicou a sanção após constatar descumprimento, por período superior a 12 meses, de obrigações periódicas exigidas das companhias listadas. Assim, enquanto durar a suspensão, os valores mobiliários emitidos (títulos de dívidas e ações) por essas empresas não poderão ser negociados em mercados regulados, como Bolsas de valores ou mercados de balcão de títulos.

BRB. O BRB, que teve seu registro de companhia aberta suspenso, informou que suas atividades operacionais não foram afetadas. "A medida determinada pela CVM se restringe ao âmbito do mercado de capitais, não implicando a suspensão de suas atividades bancárias", afirmou o BRB.

Segundo a instituição, estão mantidos a prestação de serviços a clientes, o atendimento diário e o cumprimento de obrigações com depositantes, fornecedores e parceiros.

A administração do BRB atribuiu o atraso no envio das informações contábeis à CVM a "circunstâncias extraordinárias e adversas" ligadas aos desdobramentos envolvendo o conglomerado Banco Master, alvo de liquidações sucessivas. "A sucessão desses acontecimentos e a identificação de eventos subsequentes ampliam a complexidade da avaliação de seus efeitos", destacou o BRB em documento.

Em sua decisão, a CVM ressaltou que a medida não isenta as companhias, seus controladores e administradores de responsabilidades por eventuais infrações cometidas anteriormente.

Outra empresa que teve o registro suspenso ontem pela CVM, a Environmental ESG Participações faz parte do Grupo Ambipar e também enfrenta um processo de recuperação judicial.

SONEGAÇÃO BILIONÁRIA. Integra a lista de empresas penalizadas com a suspensão de registro a Refinaria de Petróleo de Manguinhos, conhecida como Refit, que também está em processo de recuperação judicial e é investigada pela Polícia Federal na Operação Sem Refino, além de ser alvo de ações do Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ), por suspeita de sonegação bilionária de **impostos**.

Além disso, o empresário Ricardo Magro, controlador da Refit, que está foragido nos Estados Unidos, é investigado também por lavagem de dinheiro, organização criminosa e suspeitas de favorecimentos indevidos no setor de combustíveis.

De acordo com a denúncia do MPRJ, Magro deve mais de R$ 50 bilhões aos cofres públicos, e ergueu um império com o dinheiro que deveria ter sido usado para pagar **tributos** em fraudes que vinha cometendo havia quase 20 anos.

***Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo***

# Black Friday com queda de 2%a alta de 20% na venda expõe falta de consenso

Alto nível de incertezas num cenário em que indicadores econômicos, como emprego e inadimplência, seguem desempenhos opostos levou associações e empresas a adotar projeções díspares para a Black Friday. As estimativas para a data variam de recuo de um dígito até alta de dois dígitos, ao se considerar oito fontes de dados compiladas pelo Valor, entre entidades setoriais e companhias.

A maior parte das análises considera alta nominal no faturamento mais forte (de 13% a 24%), num ritmo acima da **inflação** acumulada em 12 meses (4,63% até outubro), porque inclui as vendas no on-line, que historicamente crescem numa velocidade superior ao comércio de rua, das lojas físicas.

No entanto, esse canal responde por entre 15% a 20% do faturamento do comércio brasileiro-a grande massa de vendas, 75% a 80%, ainda vem do varejo físico, que deve ter expansão mais discreta.

Ainda pelos dados projetados, que não descontam a **inflação**, uma minoria estima queda nominal de 2,5% nas vendas a até alta de 6%. Neste caso, estão considerados os resultados do comércio on-line, de lojas de ruas e shopping centers.

A Black Friday neste ano acontece nesta sexta-feira (27) e a expectativa, para o negócio on-line, é que tenha um desempenho melhor que o Natal, segundo as fontes ouvidas pelo Valor - historicamente, isso já tem ocorrido nos últimos anos. É algo que im-pacta especialmente as grandes plataformas de marketplace, como Mercado Livre, Amazon, Sho-pee e Magazine Luiza.

No entanto, para o comércio físico, o cenário esperado é o oposto, com dezembro sendo mais forte para as lojas de rua do que novembro, como mostram dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Atualmente, indústrias e varejistas já fecham contratos comerciais de Black Friday c Natal de forma

conjunta, até por conta do impacto que ocorre entre as datas, com vendas antecipadas de Natal pela Black Friday já há várias edições.

Dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do IBGE, cuja base de estatística é a demanda do varejo de pontos físicos, mostram que a Black Friday não foi, no ano passado, uma data de desempenho forte no setor. Isso mudou o histórico dos últimos anos (veja gráfico ao lado), quando novembro vinha numa expansão mais acelerada do que dezembro.

Em 2025, o cenário foi mais morno: as vendas em volume cresceram 1,5% em novembro, e o desempenho de janeiro a novembro de 2025 atingiu também 1,5%. Foi o mesmo ritmo de crescimento verificado até outubro, mesmo incluindo a Black em novembro.

Em receita nominal, a alta foi de 4,2% em novembro de 2025, abaixo da **inflação** projetada de 4,5% para o período acumulado.

Em volume, o setor de moda c calçados caiu 4% no mês da Black de 2025 frente a 2024, supermercados c hipermercados cresceram só 0,1 %, e o de móveis recuou 3,8%. Apenas eletrônicos cresceram, entre os segmentos principais, com alta de 8,9%. De maneira geral, para a pesquisa do IBGE, a base de comparação será fraca para 2026.

Já o Natal foi melhor: o avanço em dezembro de 2025 foi de 2,3%, acima do 1,5% de novembro, e fez o acumulado do ano ir de 1,5% para fechar em 1,6% frente a 2024. A receita nominal em dezembro cresceu 4,4%.

Em linhas gerais, ao se considerar a Black Friday dos últimos dez anos (de 2015 a 2025), segundo levantamento do Valor em dados da PMC/IBGE, a variação nas vendas em novembro em relação ao mesmo mês do ano anterior foi de apenas um dígito - de queda de 7,8% (2015)aalta de 6%(2017).

Para 2026, a Associação Brasileira de Inteligência Artificial e E-commercc (Abiacom) tem uma das projeções mais otimistas do mercado, pelo foco no on-line. A entidade espera alta nominal (sem des-

contar a **inflação**) de 24,3%, para RS 33,34 bilhões na semana da Black - basicamente o desempenho do primeiro semestre, de pouco mais de 24%, foi estendido para a data, segundo o comando.

O número de pedidos estimado deve crescer 31%,

para 50,19 milhões neste ano. Já o tíquete médio projetado cai 5,2%, para R$ 664,30, segundo a associação.

Ainda nessa mesma faixa, segundo projeção da Confi/Neo-trust, empresa que monitora dados no comércio eletrônico, feita em parceria com o E-Commerce

"As promoções têm sido bem estratégicas, e não estão agressivas em produtos de ciclo mais longo" Priscila Ariani

Brasil, o comércio digital brasileiro deve faturar RS 13,3 bilhões de quinta-feira (26) a domingo (29). É um aumento nominal de 20,7% sobre os RS 11,03 bilhões do mesmo período de 2025.

Abaixo dessa faixa, a Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs), em parceria com o Datafolha, estima movimento de RS 17 bilhões em 2026, com alta nominal de 13,2% sobre o estimado no ano anterior. Em termos reais, se considerar a projeção da **inflação** acumulada até novembro pelos bancos, o avanço gira em torno de 8,7%.

Ainda neste ritmo mais elevado, estão as estimativas de empresas como a rede Havan, com avanço de 20%, e o Carrefour, num ritmo inferior, de 8% a 9%.

Nas análises mais otimistas, segundo fontes, pesam favoravelmente os efeitos do reajuste de 15% no Bolsa Família às vésperas do segundo turno eleitoral, com impacto na demanda de alimentos, a manutenção de indicadores positivos de emprego e a antecipa-

ção das compras de Natal, como historicamente ocorre na data.

Já entre os fatores contrários à data estão o aumento do endividamento das famílias (em setembro, eram 84,2 milhões de pessoas ne-gativadas) e a alta recente da **inflação**. Ainda pesa a data de chegada da primeira parcela do 13a salário apenas após a Black, na segunda-feira (30)-em 2025, a data "caiu" exatamente no dia do evento.

Na avaliação de Fernando Man-sano, presidente da Abiacom, o ritmo de alta acumulado no ano no varejo digital c o fato de o comércio eletrônico adotar uma estratégia comercial com preços mais competitivos quando há uma demanda mais cautelosa permitiram que a associação fizesse uma projeção nesse patamar de cerca de 24%.

"O on-line se sai muito bem nesses períodos mais difíceis, e a loja física sofre mais. Também temos que lembrar que ainda temos um movimento no país de migração de consumidores do físico ao digital que também acelera a venda do comércio eletrônico na Black", disse ele.

Apesar desses pontos positivos, a associação estima um tíquete médio 5% inferior na data, para R5 766,50, impacto de um movimento de revisão do orçamento das famílias neste ano, e crê que a alta na venda virá de um aumento no número de pedidos de 31,2%, para 21,66 milhões.

Na visão da Scanntech Brasil, que coleta e lê mais de RS 1 trilhão por ano em transações de varejo, a aceleração na pressão inflacionária, com o dólar em alta, é um novo fator negativo deste fim de ano, c o varejo não tem

se mostrado mais agressivo comercialmente nesse ambiente.

"As promoções têm sido bem estratégicas e não estão super agressivas, em produtos de ciclo mais longo, como eletrônicos e bebidas. Tivemos um ano de fragilidade no consumo e isso se mantém no fim do ano", diz Priscila Ariani, diretora de marketing da Scanntech Brasil.

Ariani afirma que outubro foi particularmente aquecido, com o ambiente mais positivo gerado com a maior circulação de consumidores nas eleições, e com o reajuste do Bolsa Família. "Na última semana de outubro, a venda de supermercados cresceu 24%, e isso se deteriora no mês seguinte, então novembro tem esse impacto", disse.

Maior varejista alimentar do país, o Carrefour entende que o fim dos jogos virtuais e das "bets" no país pode ser um estímulo positivo para a demanda na data comercial.

"Mesmo que a data final de pagamento do 13- salário seja segunda-feira, parte será paga até lá, ainda na sexta (27), e além disso, tem o fato de que sem as "bets", sobra mais dinheiro no orçamento das famílias. Já sentimos esse efeito positivamente", afirma Marco Aurélio Alcolezi, diretor executivo de operações de hipermercado, supermercado e proximidade do grupo.

O Carrefour vai manter ofertas semelhantes em seu canal físico e digital (nos outros anos havia diferenças) para estimular a demanda igualmente. Ainda vai manter 100 lojas abertas por 90 horas (entre 6 horas da quinta e meia-noite do domingo), e vai permitir parcelamentos em até 20 vezes no cartão Carrefour sem juros nos itens não alimentares (normalmente, não passa de 15 parcelas) e com primeira parcela em janeiro.

Entre as entidades mais cautelosas, a Confederação Nacional do Comércio, Serviços e Turismo (CNC) projeta alta real de 1,8%, para RS 11,5 bilhões (nominal, atinge pouco mais de 6%). A Abrascc, que representa o setor de shoppings, estima expansão nominal de 3%.

No IEMI - Inteligência de Mercado, empresa de pesquisa em consumo, varejo e indústria, a projeção é a mais pessimista pelo levantamento do Valor, com um recuo nominal de 2,5%, para R$ 296,8 bilhões. A empresa faz simulações com base em dados da PMC/IBGE, e seu histórico de vendas coletado há 20 anos.

"Existe o efeito dos juros altos e já há preocupação maior do brasileiro com queda no emprego, além de aumento maior de **impostos** por parte do governo e a alta da **inflação** que vai se estender para 2027. As projeções do mercado são de recuo no tíquete médio, e teria que ter giro bem alto de produtos para compensar essa queda. Eu não vejo isso no radar", diz Marcelo Prado, sócio-diretor do IEMI.

"Se você não confia no futuro, que a sua vida vai melhorar, a não ser que a oferta seja imperdível, não há incentivo para o gasto. O fim das "bets" pode ter um estímulo pequeno no alimentar, que não é o "motor" da Black. Quem sustenta a data são itens de maior valor, que estão muito pressionados pelo alto endividamento das famílias", diz.

# Após oscilar, dólar cai 0,15%

Após ultrapassar o nível de R$ 6,00 pela manhã, algo não visto desde o início de abril do ano passado, o dólar à vista perdeu força na reta final dos negócios e terminou a sessão de ontem em queda de 0,15%, a R$ 5,9262. Operadores atribuíram a melhora à informação de que a equipe econômica está empenhada em emplacar nomes "amigáveis ao mercado" nas duas diretorias vagas do Banco Central.

Pela manhã, o real chegou a amargar o pior desempenho entre as divisas globais mais negociadas, caminhando para seu sétimo pregão seguido de baixa. Houve relatos de saída de recursos do país e aperto da liquidez - o que suscitou a expectativa de nova intervenção do Banco Central. A moeda moderou as perdas ainda no fim da manhã, com o aumento do apetite ao risco e a disparada das ações de tecnologia nos EUA, na esteira da notícia da recondução de Jensen Huang ao comando da Nvidia.

Apesar de o dólar acumular alta superior a 16% desde a reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva, com alta de 8,85% apenas em novembro, o real não encontra espaço para uma recuperação. Além da manutenção de um prêmio de risco doméstico elevado, há um movimento global de valorização da moeda americana, diante da expectativa de alta de juros nos EUA, que reduz o apetite por divisas emergentes.

Do lado doméstico, houve expectativa sobre o PLP 299/2026, do ajuste fiscal, que acabou sendo aprovado após o fechamento de mercado. O ministro da Fazenda, Dario Durigan, disse, em evento do Itaú BBA, que o governo deve perseguir um superavit primário entre 1,5% e 2% do **PIB** até o fim do governo Lula.

***Site:***
***https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/11/24/all.pdf***

# Dólar ultrapassa RS 6, mas fecha em queda com rumores sobre BC

A forte queda das ações americanas na sexta-feira, quando os mercados do Brasil estavam fechados devido ao feriado da Consciência Negra, contratava uma abertura tensa no pregão desta segunda. E foi exatamente o que ocorreu. O dólar chegou a subir 1,20% nas máximas do dia e a ultrapassar a faixa dos RS 6.0 movimento, no entanto, perdeu força durante a tarde, com sinais de que a área econômica busca convencer o presidente I.uiz Inácio Lula da Silva a fazer nomeações mais palatáveis ao mercado para as diretorias atualmente vagas no Banco Central.

Após marcar R$ 6,0055 nos maiores patamares do dia, o dólar comercial caiu 0,14% c fechou a sessão aos RS 5,9262.0 Ibovespa, a despeito da forte alta das ações em Nova York, não conseguiu evitar mais um dia de perdas e recuou 0,95%, aos 164.796 pontos.

Durante o fim de semana, circularam em grupos de mercado as cotações do dólar contra o real em "stablecoins" em mercados que as negociações ocorrem ininterruptamente. Como a cotação do par no mercado de criptomoedas alcançou os RS 6,14, era grande a expectativa de que a abertura dos negócios desta segunda-feira pudesse ser de depreciação forte do real.

A abertura foi de perdas, mas não na magnitude temida. O real iniciou o dia aos RS 5,97 e chegou a cruzar o patamar dos RS 6 nas máximas do dia. O movimento cambial também preocupava os participantes do mercado à medida que o presidente do BC, Gabriel Galípolo, participava de um evento do Itaú BBA na manhã

desta segunda. Com a depreciação cambial, o temor era de que o cole-giado se mostrasse mais duro em sua mensagem e abrisse a porta para novas altas na taxa Selic em caso de piora do cenário.

De modo geral, os participantes do mercado interpretaram as falas de Galípolo como um sinal de que o BC está pouco disposto a voltar a elevar a Selic no curto prazo, a despeito da depreciação cambial. O dirigente ressaltou que o aumento esperado da ociosidade na economia deve limitar o repasse dos choques de oferta aos preços e que o nível contracionista da Selic permite ao BC agir com mais paciência. Na avaliação desses participantes, a autoridade monetária tende a aguardar definições mais claras do governo sobre a política econômica. As declarações do diretor de política monetária, Nikon David, também foram na mesma linha.

Na bolsa, uma das grandes responsáveis pelo recuo mais intenso do índice foi a Petrobras. Desde cedo, os papéis da petroleira foram penalizados pela apreensão dos investidores em torno do novo Plano de Negócios 2027-2031, que seria divulgado após o fechamento do mercado, além do recuo de quase 4% dos preços de petróleo. As ações

"Será que não tem ninguém para dizer ao Lula que o câmbio teve uma oportunidade de apreciação por fatores exógenos?" Marcos De Marchi

preferenciais da empresa encerraram em queda de 3,21 %.

Foi só durante a tarde, no entanto, que os ativos domésticos ganharam uma direção mais clara de melhora. A área econômica selecionou nomes "amigáveis ao mercado" para sugerir a Lula como opções para as diretorias do BC, segundo fonte do governo.

Para este interlocutor, não seria o momento para nomes tidos pelo mercado como de linha mais heterodoxa, como o do secretário-exe-cutivo do Ministério do Planejamento e Orçamento, Guilherme Mello, ou do diretor-executivo no Fundo Monetário Internacional (FMI) André Roncaglia, que causaram apreensão entre investidores, especialmcnte nos estrangeiros.

Após as informações circularem nas mesas de operação, os juros futuros passaram a cair com força. Investidores leram a notícia como um sinal de pragmatismo da equipe econômica em meio à crise de confiança que se estabeleceu entre o governo e os mercados desde a eleição presidencial. A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (Dl) para janeiro de 2029 caiu de 15,305% para 15,075%, enquanto a do Dl para janeiro de 2031 cedeu de 15,485% para 15,29%.

"O Brasil veio postergando a questão fiscal, mas agora chegamos na hora da verdade: ou resolvemos isso da maneira correta com um ajuste fiscal, ou vamos corrigir o problema via **inflação**. Se optarmos pela

segunda opção, o grande ponto que estará em risco é o Plano Real. Lutamos muito para ter essa estabilidade da moeda. Se quebrar a âncora fiscal, a próxima âncora que quebrará é a da moeda", alerta o diretor de investimentos da TAG Investimentos, André Leite.

Embora veja com pessimismo as primeiras sinalizações dadas por Lula sobre o tratamento que a questão fiscal terá no novo mandato, o executivo avalia que o presidente precisará mudar a postura para garantir que terá governabilidade nos próximos anos.

"Lula está começando um governo que tem minoria nas duas casas do Congresso, com um dólar a RS 6, e com uma economia que vai entrar em recessão, o que deve aparecer daqui a pouco no Caged. Para isso virar insatisfação popular e ele perder apoio político, não custa muito", diz Leite. "Acho que tem

uma probabilidade de o Lula vir mais pragmático agora", observa.

Para o economista-chefe da Oriz Partners, Marcos De Marchi, a percepção é que o ambiente externo ganhou ares mais desafiadores, o que deveria ser um ponto de atenção pelo governo atual. "Será que não tem ninguém na equipe econômica ou até mesmo no Banco Central para dizer para o Lula que o câmbio teve uma oportunidade de apreciação por fatores exógenos?", aponta De Marchi, acrescentando que tanto a política do presidente dos EUA, Donald Trump, quanto a melhora dos termos de troca, cm

parte impulsionados pela guerra no Irã, foram os fatores que ancoraram o bom desempenho do câmbio brasileiro nos últimos anos.

Para o economista, a ideia de "excepcionalismo americano" nunca deixou de existir, mas antes isso não se traduzia no câmbio justamente por conta do "hedge" contra o dólar. "Agora, com os juros também voltando a subir lá [nos Estados Unidos], eles vão se tomar um aspirador de capital do mundo todo", ressalta. Segundo De Marchi, até mesmo se o senador Flávio Bol-sonaro (PL-RJ) tivesse vencido as eleições, o cenário seria desafiador.

# Galípolo e Durigan negam mudança em meta de inflação

***• FRANCO DANTAS/ESPECIAL PARA O BROADCAST***

Tanto o ministro da Fazenda, Dario Durigan, quanto o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, disseram ontem que não há no governo qualquer tipo de debate sobre alterar a meta de **inflação**, cujo alvo hoje é de 3%.

Ambos participaram de evento promovido pelo Itaú BBA.

"Não é um tema no governo, meta de **inflação**. Eu não discuti durante todo esse ano, nós não estamos com isso sobre a mesa e eu, hoje, defendo a meta de 3%, só para deixar isso bastante pacificado", afirmou Durigan.

Na mesma linha, Galípolo disse que a chance de uma mexida é "zero". "Dentro do governo, não há qualquer tipo de debate sobre mudança de meta, mudança do sistema. Zero, zero", afirmou o presidente do Banco Central.

***Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo***

# Projeção de inflação do governo supera a de agentes do mercado

***MARIANNA GUALTER JOÃO CAIRES BRASÍLIA***

O Ministério da Fazenda elevou de 4,9% para 5,3% a previsão de **inflação** para 2026, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O dado consta no Boletim Macrofiscal divulgado ontem. A estimativa supera em 0,8 ponto porcentual o limite máximo da meta, de 4,5%, e também está acima da expectativa média dos analistas do mercado, que projetam **inflação** de 5,15% neste ano, segundo o boletim Focus divulgado ontem.

A Secretaria de Política Econômica (SPE) destaca que a **inflação** acumulada em 12 meses subiu de 4,2% em agosto para 4,6% em outubro, ultrapassando o teto da meta. A principal pressão veio dos alimentos consumidos em casa.

"O IPCA de setembro ficou parcialmente acima do projetado na grade anterior, sobretudo em alimentação no domicílio e serviços. As expectativas também se deterioraram", afirma a secretaria.

A Fazenda também aponta que as previsões de **inflação** pioraram nos últimos meses. Entre agosto e outubro, a expectativa do mercado para a **inflação** de 2026 subiu de 5% para 5,2%. No mesmo período, a previsão para o dólar aumentou de R$ 5,16 para R$ 5,19 na média anual. Já a estimativa para a taxa básica de juros (Selic) no fim do ano permaneceu em 13,75%.

Outro fator que contribuiu para a revisão foi a alta do petróleo. A previsão para o preço médio do barril de Brent passou de US$ 87,70 para US$ 92,30, aumento de 5,2%.

A nova estimativa também considera o fim dos subsídios ao diesel e dos descontos nos **impostos** sobre etanol e gasolina, além da continuidade das tensões no Oriente Médio, da redução do rebanho bovino e de um fenômeno El Niño mais intenso, que pode afetar a produção agrícola.

A SPE ressalva que a prorrogação por mais 30 dias dos descontos nos **impostos** sobre combustíveis, decidida depois da elaboração das projeções, ainda não foi considerada. A medida pode ajudar a reduzir a **inflação**.

Em sentido contrário, a manutenção da bandeira verde nas contas de luz até julho de 2027 tende a aliviar os preços. A secretaria também cita os juros elevados e a desaceleração da economia no segundo semestre como fatores que ajudam a conter a **inflação**.

PRESSÃO. Para 2027, a Fazenda elevou a previsão de **inflação** de 3,8% para 4,5%. Mesmo assim, a estimativa continua abaixo da projeção do mercado, de 5,12%.

A revisão considera que a **inflação** atual continuará pressionando os preços no ano que vem, além de expectativas mais altas, dólar mais caro e aumento do ICMS sobre combustíveis. A Fazenda também levou em conta mudanças na composição dos gastos das famílias identificadas pela nova Pesquisa de Orçamentos Familiares.

Esses fatores devem ser parcialmente compensados pelo crescimento mais fraco da economia e por possíveis efeitos do fim da escala de trabalho 6x1 e da **reforma tributária**.

***Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo***

# Reação a hacker exige "corrida armamentista"

***Patrick Jenkins***

Quando Ajay Banga, hoje presidente do Banco Mundial, assumiu seu último grande cargo - a gestão da Mastercard, em 2010 -, uma de suas primeiras iniciativas, já pensando no planejamento sucessório, foi ligar para Michael Miebach. O executivo alemão, ex-colega de Banga no Citigroup, recorda-se bem da conversa: "Ajay perguntou: "Você quer entrar no setor de pagamentos?". E eu respondi: "De jeito nenhum. Que tédio!"".

Miebach mudou de ideia rapidamente. Ele passou os últimos 16 anos no grupo de cartões de crédito e pagamentos, sendo os seis anos mais recentes como CEO. "Está longe de ser entediante", afirma ele, ao descrever o crescimento, a disrupção tecnológica e as turbulências geopolíticas que marcaram sua trajetória.

Durante décadas, a Mastercard e sua principal concorrente, a Visa, dominaram a infraestrutura que sustenta os pagamentos via cartões de crédito e débito - lucrando por meio da cobrança de taxas elevadas (que críticos consideram excessivas) sobre estabelecimentos comerciais e bancos emissores de cartões. (No trimestre mais recente, a Mastercard obteve um lucro líquido de quase US$ 5 bilhões, com uma margem próxima a 50%.)

No entanto, inovações em criptofinanças e inteligência artificial (IA) - somadas à concorrência de startups, gigantes da tecnologia e dos próprios bancos - prometem transformar profundamente esses sistemas. Isso é uma ameaça? "Existem muitas maneiras de movimentar dinheiro, o que representa uma grande evolução no setor de pagamentos em geral", diz Miebach, citando avanços em transferências bancárias entre contas, cartões e "stablecoins" (moedas com paridade em dividas como dólar). "Portanto, precisamos estar à frente disso. Se não estivermos, é um risco muito grande."

Sugerir que o domínio da Mastercard sobre o mercado de pagamentos pode não estar garantido é uma admissão rara. Mas Miebach logo retoma um tom otimista, expressando entusiasmo com as oportunidades no universo das criptomoedas, onde uma infinidade de instituições trabalha no lançamento de "stablecoins" que permitem converter criptomoedas de volta em moeda tradicional. "Imagine um mundo com centenas e centenas de "stablecoins"", diz ele. "Diferentes "blockchains", diferentes denominações, emissores... E sem interoperabilidade."

Ele faz uma pausa para traçar um paralelo com o papel da Mastercard. "O que fazemos hoje? Facilitamos pagamentos... para que funcionem em qualquer lugar."

Segundo ele, posicionar-se como um agente processador que conecta uma "stablecoin" a outra é uma extensão lógica desse modelo. "Trata-se de mais um canal para movimentar dinheiro; nosso papel deve ser garantir que isso ocorra de forma segura e rápida, cumprindo todos os critérios de conformidade... e permitindo que qualquer pessoa escolha a "stablecoin" que desejar."

Isso está muito distante da pureza iconoclasta dos pioneiros das criptomoedas, que viam as instituições financeiras tradicionais como inimigas e vislumbravam uma nova infraestrutura livre do controle de bancos consolidados - o que poderia, inclusive, quebrar a hegemonia da Visa e da Mastercard. Contudo, à medida que o apelo rebelde das criptomoedas perde força, a visão de Miebach parece um caminho cada vez mais provável para o futuro.

Ainda assim, mesmo com as mudanças na dinâmica dos gastos dos consumidores - tornando concebível um mundo sem cartões físicos -, a Mastercard, a Visa e outras empresas do setor continuam registrando um crescimento robusto em suas atividades principais. Nos nove meses encerrados em setembro, a Mastercard processou US$ 8,5 trilhões em transações, um aumento de 7% em relação ao ano anterior. O preço de suas ações quase dobrou nos últimos quatro anos e está próximo de atingir patamares recordes.

No entanto, esse crescimento - particularmente nos pagamentos via crédito - pode não refletir um padrão de gastos sustentável. "Há uma mudança: os gastos discricionários, voltados ao lazer, estão dando lugar a despesas com itens essenciais, especialmente entre as faixas de renda mais baixas", diz. Defensores dos direitos dos consumidores alertam que a tendência crescente de utilizar o crédito para cobrir despesas com moradia e alimentação pode levar a um colapso.

A teoria tradicional sobre os ciclos de crédito ao

consumidor sugere que uma reversão só ocorre quando o desemprego aumenta drasticamente. Embora as perdas com crédito recaiam sobre os credores - e não sobre as administradoras de cartões, que recebem tarifa independentemente do resultado -, a Mastercard e suas concorrentes ainda seriam prejudicadas em uma desaceleração econômica, uma vez que o volume de transações tenderia a cair. Por ora, esse cenário permanece no campo teórico: não há sinais de um choque no nível de desemprego.

Contudo, pode haver outro gatilho para uma retração nos gastos. O impacto do aquecimento do mercado acionário americano tem sido tão expressivo - fazendo com que as pessoas se sintam mais abastadas - que alguns acreditam que uma queda nas bolsas, mesmo sem um aumento acentuado no desemprego, poderia desacelerar os gastos de forma significativa.

"Um mercado de ações em alta traz consigo o que, em nosso setor, chamamos de "efeito riqueza"", diz Miebach. "Portanto, se você olha para sua conta em uma corretora ou para o saldo do seu plano de previdência e vê um valor maior - ou um saldo positivo -, você se sente mais rico. Consequentemente, seu comportamento de consumo muda; você passa a gastar de uma forma diferente de como gastaria se esse valor estivesse diminuindo."

A possibilidade de uma reversão do "efeito riqueza" ainda é, em grande parte, hipotética. No entanto, caso a instabilidade observada no mercado de ações nos últimos meses evolua para uma queda acentuada, essa teoria poderá ser colocada à prova.

A mudança no cenário político dos EUA traz outra preocupação. As eleições de meio de mandato enfraqueceram o poder dos republicanos no Congresso e deram aos democratas mais confiança para contra políticas radicais - incluindo uma proposta alinhada à esquerda, defendida no início deste ano pelo próprio presidente Donald Trump: estabelecer um limite de 10% sobre os juros cobrados pelos emissores de cartões, como uma forma de ajudar os americanos a lidar com uma **inflação** persistentemente alta.

Embora as empresas de cartões não sejam diretamente afetadas - já que são os bancos que definem e cobram os juros -, a capacidade de consumo pode ser prejudicada. Os bancos argumentam, de forma categórica, que tal intervenção seria contraproducente, restringindo a oferta de crédito em vez de tornar mais acessível. Miebach concorda: "Essa regulação específica não aborda a questão da maneira correta."

E quanto à capacidade da IA de transformar o setor de pagamentos? A Mastercard já tem experiência nisso, afirma Miebach. "Tudo é impulsionado por IA", acrescenta ele, referindo-se a medidas de segurança que a empresa implementa há muitos anos. "Processamos 175 bilhões de transações em nossa rede todos os anos. A única maneira de manter tudo isso seguro é por meio da IA."

Impulsionada pelo risco crescente de ataques cibernéticos provenientes de nações hostis, a Mastercard adquiriu, em 2024, a Recorded Future, empresa especializada em inteligência contra ameaças. "Fundamentalmente, existem hoje mais riscos sistêmicos relacionados à IA do que no passado", diz.

Na semana passada, hackers vazaram dados de milhares de clientes da Mastercard, da Visa e do J.P. Morgan Chase. Estaríamos, então, diante de uma batalha aberta contra cibercriminosos? Sim, responde ele: "É uma corrida armamentista".

A próxima fronteira da IA para a Mastercard é facilitar transações realizadas por agentes de IA - como o Muse, da Meta -, mantendo, ao mesmo tempo, os princípios regulatórios antifraude, a exemplo do "conheça seu cliente" (KYC). "Agora surge o conceito de "conheça seu agente" (KYA, na sigla em inglês). Basicamente, trata-se da inclusão de um novo participante em uma transação que, nos últimos 50 anos, envolvia apenas quatro partes: o cliente, o estabelecimento comercial e os respectivos bancos de ambos."

Miebach explica como uma colaboração entre a Mastercard e o Google resultou na criação de um novo método seguro para registrar transações feitas por agentes - o "Verifiable Intent" (Intenção Verificável) -, que foi disponibilizado para todo o setor. "Este ecossistema não prosperará se essa questão não for resolvida; e, felizmente, nós conseguimos resolvê-la", diz.

"Diria que estamos em um ponto de decolagem para o uso de agentes de IA. Os consumidores estão, de fato, aderindo à ideia e gostando da experiência."

Ele admite que ainda não há números oficiais que comprovem isso, mas ressalta: "Tenho observado sinais claros. Nos últimos três meses, começamos a ver uma curva em formato de "taco de hóquei"" - uma expressão do meio corporativo que descreve um crescimento súbito e acentuado na atividade.

Embora toda essa discussão sobre tecnologia de ponta seja fascinante, ela contrasta drasticamente com os métodos obsoletos ainda utilizados no dia a dia dos pagamentos nos EUA. O uso de cheques, por exemplo, continua sendo algo comum. E, em

pagamentos presenciais com cartão, é comum que o atendente peça uma assinatura como forma de verificação de identidade. Por que isso ainda existe?, pergunto a Miebach. "Na verdade, não há um motivo específico para que isso aconteça. É mais um hábito do que qualquer outra coisa", diz, admitindo que, por vezes, ele mesmo levanta essa questão junto aos lojistas.

Antes que o nosso tempo acabe, quero conhecer a trajetória de vida e a carreira de Miebach - desde sua infância na Baviera, no sul da Alemanha, até o comando de um ícone do capitalismo americano. Talentos nascidos na Ásia lideram vários dos grandes grupos de tecnologia, e há europeus à frente da Pfizer, da PepsiCo e do Citigroup. Mas Miebach faz parte de um grupo bastante restrito: o de estrangeiros que ocupam o topo de uma grande empresa americana. Como ele chegou onde está? "Eu não diria "chegou" [no sentido de acaso]", ele ri. "Soa como se não fosse algo positivo."

Sua carreira no setor bancário, no Citi e, mais tarde, no Barclays, manteve-o, em grande parte, na Europa e na África; mas seu primeiro contato com os Estados Unidos ocorreu quando, aos 14 anos, ele foi acolhido por uma família em Michigan. No dia em que nos encontramos, Miebach acaba de voltar de um fim de semana em que reencontrou as pessoas que o acolheram há mais de 40 anos. Ele me mostra uma foto de sua adolescência, em frente à "Tom"s Corner Store", em Big Rapids - "onde eu tive meu primeiro emprego de verdade... meu primeiro número de **seguridade social** nos EUA... organizando prateleiras". A experiência, diz ele, "fez com que eu passasse a valorizar os Estados Unidos".

Agora, plenamente estabelecido como um nova-iorquino - embora com uma agenda de viagens intensa, monitorando operações em mais de 200 países e territórios -, fico curioso para saber o que ele pensa sobre o crescimento lento e a política conturbada em sua terra natal, a Alemanha, e em toda a Europa.

"Vivo em um país onde o otimismo é, de certa forma, uma mentalidade geral." Então, ele se sente frustrado com o pessimismo na Europa?

"Vejo muito potencial. Não é algo insolúvel, de jeito nenhum." Ele acredita que as empresas europeias podem "impulsionar um crescimento maior" e elogia medidas como a iniciativa "EU Inc.", voltada a acelerar a criação de startups. "Eu só gostaria que o clima fosse mais positivo."

***Site: https://valor.globo.com/impresso***